

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2024

À
EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA
Setor de Licitações
Ref.: Pregão Eletrônico 01/2024

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Identificação da empresa solicitante:
Razão Social: OAM Comercial e Serviços LTDA
CNPJ: 02.819.827/0001-57
Endereço: Av. Expedicionário José Amaro, 1546, Vila São Luís, Duque de Caxias

Prezados senhores,

Conforme Previsto no Item 15 do Edital referente ao Pregão Eletrônico 01/2024, viemos por meio deste, tempestivamente, solicitar impugnação ao edital pelos motivos expostos abaixo:

O item 13.5.3.2 do edital exige:

"13.5.3.2 - Prova de possuir no seu quadro permanente, na data da Licitação, de um Engenheiro Civil ou Arquiteto, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obras de características semelhantes, averbado pelo CREA ou CAU, acompanhados das respectivas certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este Conselho. Os atestados com as características semelhantes às do objeto licitatório devem se limitar às parcelas de maior relevância e valor significativo, indicadas no item 2.2 do Edital. Esta poderá ser substituída por termo de compromisso assinado pelo profissional indicado, no qual se comprometerá a compor a equipe técnica caso a licitante venha se sagrar vencedora."

Além disso, o contrato indica que:

"g) O serviço deverá ser acompanhada por um engenheiro civil ou arquiteto habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;"

Ocorre que, conforme Resolução 218, de 29 de junho de 1973, tais atividades são de competência do engenheiro mecânico, vide:

"Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; **sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.**"

Desta forma, a exigência de engenheiro civil ou arquiteto para se responsabilizar tecnicamente por este tipo de serviço é completamente sem fundamento e ilegal. Solicitamos que tal exigência seja retirada do edital, pois é competência do CONFEA estabelecer as responsabilidades técnicas de cada categoria profissional, não sendo de responsabilidade do engenheiro civil ou arquiteto a competência do objeto contratual referente ao edital PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024.

Dispensável dizer que o CONFEA tem ciência de toda a complexidade que envolve sistemas de ar condicionado e tal órgão determinou APENAS o engenheiro mecânico para assumir tal competência. Assim sendo, solicito impugnação ao edital para retirada de exigências que tão somente limitarão a ampla concorrência e o interesse da administração pública.

Respeitosamente,

Mariana Machado
Representante legal
OAM Comercial e Serviços Ltda.
CNPJ: 02.819.827/0001-57